

“GOVERNO FALHOU NA REFORMA FLORESTAL”



Na sessão de encerramento do 25.º Congresso Regional do PSD/Açores, dia 17, em Ponta Delgada, Luís Montenegro acusou o Governo de “incapacidade, incompetência e displicência” na gestão das florestas. Para o Presidente do PSD, “governar é antecipar e evitar problemas” e não fazer “anúncios todos os dias”



pág. 6

PARLAMENTO

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO ELEITO LÍDER PARLAMENTAR

Na primeira declaração após a eleição, o Presidente da bancada do PSD manifestou solidariedade para com os portugueses que estão a sofrer com os incêndios e com os operacionais no terreno



pág. 7

LOCAIS

MAIA APROVA CONSTRUÇÃO DE 830 FOGOS PARA HABITAÇÃO SOCIAL

A Câmara da Maia aprovou por unanimidade a criação de 830 fogos destinados a habitação social nos próximos cinco anos, através da “compra, reabilitação e construção” de imóveis



pág. 11

REGIONAIS

AÇORIANOS “DESEJAM ESTABILIDADE” POLÍTICA NO ARQUIPÉLAGO

José Manuel Bolieiro considera que o povo açoriano “deseja estabilidade” política na Região e que o “diálogo democrático” iniciado após as eleições no ano de 2020 é “para durar”

Presidente do PSD no 25.º Congresso do PSD/Açores

“INCAPACIDADE, INCOMPETÊNCIA E DISPLICÊNCIA” NA GESTÃO DAS FLORESTAS



Luís Montenegro acusa o Governo de “incapacidade, incompetência e displicência” na gestão das florestas, situação que também contribui para que Portugal seja confrontado, uma vez mais, pelo “flagelo dos fogos florestais”.

O Presidente do PSD diz que o Executivo é “responsável pela vulnerabilidade da floresta”, bem como pela “falta de meios” no terreno. “Não é depois da casa roubada que se vão pôr as trancas na porta”, alerta Luís Montenegro.

“Não é retirar aproveitamento político dos incêndios. É cuidar do que é público, do que é de todos. É preciso dizer que a reforma florestal que o Governo tanto anunciou não está a funcionar no terreno. É preciso dizer que o doutor António Costa foi ministro da Justiça, foi ministro da Administração Interna, é hoje Primeiro-Ministro, está ligado aos 20 anos de governos socialistas que tivemos nos últimos 27 anos em Portugal”, sublinhou o líder do PSD.

Luís Montenegro, que falava na sessão de encerramento do 25.º Congresso Regional do PSD/Açores, no domingo, 17 de julho, em Ponta Delgada, criticou o Primeiro-Ministro por não ter dado seguimento à aquisição de dois aviões de combate aos incêndios em 2016 iniciado pelo governo PSD/CDS-PP.

“O doutor António Costa, em 2016, recebeu do Governo anterior um projeto para comprar dois aviões, financiado pelo [programa] Portugal 2020. Eram 50 milhões de euros, mas entendeu que era mais rentável alugar do que comprar. Curiosamente, esta semana, veio anunciar o propósito de proceder a essa compra”, apontou.





O Presidente do PSD entende que “governar é antecipar e evitar problemas” e não fazer “anúncios todos os dias”, pelo que o Governo socialista tem de “de ter a capacidade de tomar decisões antes de as coisas acontecerem”.

“Esta forma como o doutor António Costa trata os assuntos que são de todos, que interessam à vida quotidiana das pessoas, tem de acabar ou pelo menos temos de denunciá-la para que ele possa mudar o comportamento”, assinalou.

No Congresso do PSD/Açores, Luís Montenegro acusou ainda o Governo de ter um “comportamento quase imoral” por estar a “ganhar dinheiro com a inflação”. O Presidente do PSD insiste na necessidade de “um programa de emergência social”, para apoiar as famílias mais afetadas pela escalada dos preços dos bens.

Luís Montenegro lembra que, durante o atual período de inflação, o “aumento dos preços incorpora também o aumento da receita fiscal”, o que na prática significa que o Estado está a arrecadar mais impostos. “Muitos impostos incidem percentualmente sobre o valor dos produtos. O Governo está a arrecadar mais impostos do que aqueles que tinha estimado. O Governo está a ganhar dinheiro com a inflação”, declarou.

Luís Montenegro evocou o aumento dos preços do cabaz alimentar e considerou que o processo de inflação não “pode ser ignorado pelos poderes públicos”. “Um governo não pode olhar para isso de forma complacente. O doutor António Costa olha para isso e deve achar que é uma fatalidade, que o melhor é ir empurrado para a frente para ver se passa. Mas isso não passa. Ou pelo menos não passa tão rapidamente como gostaríamos. Há pessoas que estão a sofrer”, referiu.

O Presidente do PSD conclui que o Executivo de António Costa “denota cansaço, esgotamento, muita confusão dentro de si e [está] sem liderança”.

O 25.º Congresso do PSD contou ainda com a presença do Secretário-Geral do PSD, Hugo Soares.



Luís Montenegro no Hospital de Braga

“COMPLEXO IDEOLÓGICO” DO GOVERNO PREJUDICA CUIDADOS DE SAÚDE DOS PORTUGUESES COM MENOS DINHEIRO



Luís Montenegro considera que o “complexo ideológico do Governo” está a prejudicar o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde. Para o líder do PSD, a consequência imediata da “ideologia política da ministra da Saúde” é que “as pessoas com menos dinheiro” desesperam por uma cirurgia ou uma simples consulta hospitalar.

Após reunir com o Conselho de Administração do Hospital de Braga e com a Comissão de Trabalhadores, esta segunda-feira, o Presidente do PSD sublinha que o problema “não está nos gestores e muito menos nos trabalhadores”, mas na “rigidez” do modelo de gestão das entidades públicas, com reflexos no funcionamento dos hospitais, seja “na autonomia para tomar decisões e para reter recursos humanos” seja no fornecimento de “equipamentos e materiais”.

“Os portugueses estão a ser prejudicados pelo resultado de políticas carregadas com a ideologia política nos últimos anos e que motivaram alterações no regime de funcionamento de unidades, como é caso do Hospital de Braga, que penalizam a oferta da qualidade de serviço prestada aos cidadãos. (...) Esta forma estatizante de olhar para os serviços públicos está a criar uma grande desigualdade social. As pessoas pobres, que vêm para a porta do hospital, têm de esperar meses, senão anos, para uma consulta ou uma cirurgia. As pessoas que têm melhores condições económicas recorrem aos serviços de saúde do setor privado e do setor social, incluindo hoje o facto de termos praticamente metade da população a pagar seguros de saúde para minorar os custos que têm no acesso a esses cuidados”, afirmou.



O Presidente do PSD exorta o Governo a abandonar este “complexo ideológico como marca da sua política de saúde”, optando antes por um “horizonte de complementaridade do setor público com o setor privado e social”, para que Portugal possa ter “um sistema público de saúde que ofereça” cuidados de saúde “às pessoas, independentemente da sua condição económica”.

“É uma incapacidade total, em poder reter profissionais

de saúde que são atraídos por melhores condições que o sistema privado está a oferecer”, exemplificou Luís Montenegro.

Nos últimos meses, o Hospital de Braga tem sido uma das unidades mais afetadas pelo “caos” no Serviço Nacional de Saúde, com o encerramento das Urgências de Ginecologia/ Obstetrícia e de Pediatria.

EXCEDENTE FISCAL DEVE ESTAR AO SERVIÇO DAS “PESSOAS QUE MAIS PRECISAM”



Luís Montenegro defende que o Governo deve pôr o “excedente orçamental” e o aumento da “receita fiscal” decorrentes da atual escalada inflacionista ao serviço das “pessoas que mais precisam”.

Numa visita ao Cozinha com Alma, um projeto de refeições sociais, que apoia mais de 700 famílias em dificuldades financeiras, na terça-feira, 19 de julho, o Presidente do PSD voltou a exortar o Governo a “pôr em prática um programa de emergência social” para minorar o impacto dos aumentos dos preços. “As pessoas estão a pagar um preço mais elevado na alimentação, compras no supermercado, abastecimento de gasolina e gasóleo, conta da eletricidade e do gás, tudo isso está a subir em muitos casos em 30%”, afirmou.

O Presidente do PSD critica o Governo por revelar “uma grande insensibilidade social”, ao não implementar “um programa de emergência social” para as famílias. “O Estado está a ganhar dinheiro com o aumento da inflação. O Estado está a arrecadar mais receita fiscal do que aquela que tinha estimado arrecadar. Use o excedente que o Orçamento está a proporcionar, em termos de impostos que as pessoas e as instituições pagam, para ajudar quem mais precisa”, afirmou.

Sobre o debate do Estado da Nação, no Parlamento, Luís Montenegro sublinha que Portugal, entre 2016 e

2021, “anos de exclusiva responsabilidade do PS e em que todos os países foram atingidos da mesma maneira pela pandemia, o crescimento acumulado do produto interno bruto foi de 7,1%, o crescimento acumulado nos países da Coesão, a média foi de 18,3%, ou seja, mais do que o dobro”, quando “no mesmo período, um governo socialista estagnou o país”.

“Somos um país mais pobre, porque estamos a ter um ritmo de crescimento muito inferior à média de todos os países da União Europeia”, referiu.

Antes, Luís Montenegro conheceu “in loco” o projeto Bata Branca - Vida Cascais, onde constatou a capacidade das instituições, do município e da comunidade em “suprir as insuficiências” do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente na disponibilização de médicos.

“Esta interação entre o Serviço Nacional de Saúde e o setor social vai ao encontro da ideia de facultar às pessoas que precisam, de baixos rendimentos, as mesmas oportunidades daquelas que têm uma condição económica mais favorável”, assinalou Luís Montenegro.

São cerca de 40 mil os utentes que não têm médico de família no concelho de Cascais.

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO ELEITO LÍDER PARLAMENTAR



Joaquim Miranda Sarmiento foi eleito, na quarta-feira, 13 de julho, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. Em declarações aos jornalistas, no final da votação, o novo líder parlamentar do PSD começou por expressar solidariedade do PSD para com os portugueses que estão a sofrer com os incêndios, bem como com os operacionais que atuam no terreno.

Numa reação aos resultados, o novo líder parlamentar do PSD agradeceu à bancada a sua eleição e da direção por ele proposta, manifestando-se confiante em reforçar o grupo parlamentar na “dupla missão” que tem: “ser oposição, estar vigilante nas falhas e omissões que o Governo tem e, por outro lado, para ajudar o PSD a ser a alternativa de que o país precisa para resolver os problemas concretos dos portugueses”.

Natural de Lisboa, onde nasceu em 7 de agosto de 1978, Joaquim Miranda Sarmiento é Professor Auxiliar de Finanças (com Agregação) no ISEG-Lisbon School of Economics and Management, Universidade de Lisboa. É doutorado em Finanças (Ph.D in Finance) pela Tilburg University (Países Baixos). Foi assessor económico do Presidente da República Prof. Cavaco Silva no segundo mandato. Trabalhou dez anos no Ministério das Finanças e foi consultor da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO).

Composição da direção do Grupo Parlamentar do PSD

Presidente: Joaquim Miranda Sarmiento

Vice-presidentes: Ricardo Baptista Leite, João Moura, Paula Cardoso, Paulo Rios de Oliveira, Catarina Rocha Ferreira, Clara Marques Mendes, Joaquim Pinto Moreira, Andreia Neto, Hugo Oliveira e Hugo Carneiro. (Após a alteração ao regulamento interno do Grupo Parlamentar do PSD, os deputados Alexandre Poço e Luís Gomes assumem também os seus lugares de Vice-Presidentes).

Secretários: Emília Cerqueira e Sónia Ramos.

Festa do
PONTAL '22

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

A FESTA DO PONTAL ESTÁ DE VOLTA

DOMINGO | 14 AGOSTO | 19H00

Calçada de Quarteira

MAIA APROVA CONSTRUÇÃO DE 830 FOGOS PARA HABITAÇÃO SOCIAL

A Câmara da Maia aprovou por unanimidade a criação de 830 fogos destinados a habitação social nos próximos cinco anos, através da “compra, reabilitação e construção” de habitações que representa um investimento superior a sete milhões de euros.

No final da reunião do executivo daquela autarquia do distrito do Porto, o Presidente da Câmara, António Silva Tiago, dia 18, explicou que aqueles fogos habitacionais vão ser criados ao abrigo do Programa 1º Direito e em colaboração com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e com recurso a fundos do Plano de Recuperação e Resiliência.

Segundo Silva Tiago, a “estratégia” da autarquia tem “dois momentos”, a celebração de um contrato de mandato com a empresa municipal que gere a habitação na Maia, a Espaço Municipal e o lançamento de uma oferta pública para aquisição de habitações.

“A Espaço Municipal vai assim ficar mandatada para desenvolver todas as iniciativas com vista a construção de 757 fogos habitacionais ao longo dos próximos cinco anos. Desde elaboração de propostas, lançamento de concursos públicos a adjudicação de obras, mas sempre com a concordância do executivo que é quem tem a palavra final”, explicou o autarca.

O “segundo grande momento”, referiu Silva Tiago, “foi a aprovação de uma oferta pública para aquisição de imóveis, que no final irá passar os sete milhões de euros de investimento”, estando prevista a aquisição de 60 habitações.

“Isto vai ser feito de forma faseada nos próximos anos. Para já vamos lançar a compra de dez habitações, com tipologias e preços máximos previstos na lei. Tanto podem ser casas novas como para reabilitar. Este faseamento também é para que o mercado se ajuste a este tipo de procura que obedece a regras específicas”, apontou.

Segundo consta na proposta aprovada, a autarquia vai investir 7.128.332,08 milhões de euros na compra destas 60 habitações, sendo que a primeira fase, aprovada pelo executivo, corresponde a um investimento de 1.577.737,5 milhões de euros.



COIMBRA

90% DA HABITAÇÃO SOCIAL SERÁ CONSTRUÍDA FORA DO PLANALTO DO INGOTE

O Presidente da Câmara de Coimbra garantiu que 90% da habitação social a ser construída no concelho será fora do Planalto do Ingote.

“Vamos mudar o paradigma de 90% no Ingote, para 90% fora do Planalto do Ingote (incluindo estes novos projetos)”, afirmou José Manuel Silva, durante a Assembleia Municipal de Coimbra, na segunda-feira, 18 de julho de 2022.

José Manuel Silva, eleito pela coligação “Juntos Somos Coimbra”, frisou que pretende “uma mudança radical” e

que o seu executivo municipal não quer concentrar mais população no Bairro do Ingote.

O autarca justificou a decisão por a estratégia e o loteamento já terem sido definidos pelo anterior executivo, alegando que a mudança de decisão quanto àquela obra levaria à perda de financiamento.

“Se perdermos o financiamento, não respondemos à necessidade das pessoas”, frisou.

José Manuel Silva asseverou que o gabinete do arquiteto Carrilho da Graça “está a trabalhar no projeto”, que tem de ser adaptado à “realidade e legislação atual”.

Também o presidente da União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, Luís Correia, eleito também pela coligação “Juntos Somos Coimbra”, defendeu que a Estratégia Local de Habitação deva ser “seriamente discutida pela primeira vez” e revista, vincando que é necessário desconstruir o mito em torno do Ingote.

CÂMARA DE LISBOA QUER CEDER TERRENOS A PRIVADOS PARA HABITAÇÃO ACESSÍVEL



A Câmara Municipal de Lisboa pretende ceder terrenos municipais, em direito de superfície, a privados sem fins lucrativos para construir habitação acessível, com 500 fogos para cooperativas e 1.000 para concessões, anunciou a vereadora responsável por este pelouro, segunda-feira.

“Temos uma série de propriedades que não têm ainda construção e onde se pode construir (...), em que a câmara cede o terreno, em direito de superfície, e os privados constroem”, afirmou a vereadora da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, Filipa Roseta (PSD), referindo que a ideia pretende responder à necessidade de criar um mercado de habitação acessível.

Numa conferência de imprensa para apresentação das linhas estratégicas para o desenho da Carta Municipal de Habitação, Filipa Roseta afirmou que o desafio que se coloca ao Conselho Municipal de Habitação, é definir “como é que isto se faz”, nomeadamente os modelos específicos para as cooperativas e para as concessões.

A vereadora explicou que o formato das cooperativas será para construção inferior a 50 fogos, com pequenos terrenos dispersos pela cidade, inclusive reabilitação, e o das concessões será para acima de 100 habitações, em que os promotores já têm de ter mais capacidade para gerir todo o empreendimento.

No total, a Câmara prevê “500 fogos para cooperativas e cerca de 1.000 para concessões”, ressaltando que “haverá eventualmente outros”, mas este será “o pontapé de saída” para a criação de um mercado misto de habitação acessível, que será lançado ainda este ano.

Filipa Roseta reforçou que a ideia é disponibilizar propriedade pública para construção privada de empresas sem fins lucrativos que providenciam habitação a preços acessíveis, “em direito de superfície com prazo limitado”, que pode ser de 75 ou 90 anos, mas sem propriedade plena, ou seja, nunca podem vender, e no fim desse período a câmara volta a ter o direito de usufruto.

“É uma empresa sem fins lucrativos, paga-se a si própria, e, se por acaso tiver algum excedente, por alguma razão, volta a investir no produto da habitação acessível”, indicou a autarca, referindo que falta este tipo de mercado em Portugal, que existe noutros países da Europa, por exemplo, na Áustria, Alemanha e Inglaterra.

Relativamente à Carta Municipal de Habitação, prevista na Lei de Bases e que está a ser elaborada num modelo de cocriação de políticas públicas, no âmbito do Conselho Municipal de Habitação, e que deverá ficar concluída em dezembro deste ano, o objetivo, segundo a vereadora, é criar um sistema com casas públicas, privadas e mistas, em vez de ser mais um programa de obras públicas.

“O que nós estamos a tentar desenhar nesta carta é mais um sistema e menos um programa de obras públicas. Aproveitar o esforço do PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] para ser o pontapé de saída para um sistema que perdure além do PRR e não um programa que se esgote na construção de edifícios”, declarou Filipa Roseta.

A proposta assenta em três pilares, “é mesmo um tripé”, porque “é um sistema que tem a parte da habitação pública, a parte da habitação privada e a parte da habitação mista”, reforçou, destacando o esforço da câmara na reabilitação de 2.000 fogos municipais vagos, inclusive o contrato-programa de 40 milhões de euros para a Gebalis, e em construção nova, por exemplo, em Marvila.

CÂMARA DO FUNDÃO DIZ QUE PORTUGAL 2030 É “PASSO GIGANTE” PARA OS TERRITÓRIOS



Paulo Fernandes, Presidente da Câmara Municipal do Fundão, considera a assinatura do acordo de parceria do Portugal 2030 um “passo de gigante para que nenhum território fique para trás” e defendeu que não há terras condenadas ao fracasso.

“Não existem territórios condenados ao fracasso. Com a assinatura deste acordo de parceria [Portugal 2030] damos um passo de gigante para que nenhum território fique para trás”, afirmou.

O autarca falava dia 14, no âmbito da cerimónia de assinatura, entre o Governo português e a Comissão Europeia, do acordo de parceria para a execução do Portugal 2030, quadro comunitário em que o país terá acesso a 23 mil milhões de euros de fundos até 2029 e que decorreu no Fundão, distrito de Castelo Branco.

Anfitrião desta sessão, Paulo Fernandes sublinhou a “honra” por ser o Fundão a acolher o evento e destacou que entende a escolha como uma “homenagem a todos os autarcas, principalmente àqueles que pugnam diariamente pelo desenvolvimento dos territórios do Interior”.

“É uma escolha que também simboliza de forma relevante a solidariedade e a coesão entre as regiões e os estados da União Europeia. Temos como certeza de que a ação ao nível local e regional, assim como o papel de intervenção da comunidade, terão um valor acrescido na construção da coesão e de uma União Europeia com regiões mais inteligentes, mais verdes e mais preparadas para as alterações

climáticas, mais conectadas, mais sociais e mais colaborativas e mais próximas dos cidadãos”, afirmou.

Lembrando o percurso que o Fundão tem feito nos vários domínios, a começar pela captação de empresas tecnológicas e passando pelo acolhimento de pessoas, o autarca também reiterou que as políticas seguidas nunca esquecem as áreas e setores tradicionais e as pessoas.

“Que não restem dúvidas, assumimos a nossa identidade regional da mesma forma que nos assumimos como europeístas”, disse.

Por outro lado, Paulo Fernandes também apresentou dois desejos relacionados com a atualidade, nomeadamente, o de que, nestes tempos de crise e de conflito, Portugal se abra ainda mais ao mundo, “dando asas à sua vocação universalista e humanista”.

“Depois, que a União Europeia, fiel guardiã de valores universais, mantenha sempre como seu desígnio o primado da liberdade, da fraternidade e da igualdade”.

O Portugal 2030 tem um valor global de 23 mil milhões do próximo quadro comunitário de apoio, que tem em conta verbas do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (11,5 mil milhões de euros), do Fundo Social Europeu (7,8 mil milhões de euros), do Fundo de Coesão (3,1 mil milhões de euros), do Fundo para uma Transição Justa (224 milhões de euros) e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (393 milhões de euros).



FAMALICÃO POUPA 63 MILHÕES DE LITROS DE ÁGUA

A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão “poupou 63 milhões de litros de água com a desativação da rega automática” em curso desde fevereiro de 2022, anunciou em comunicado a autarquia.

“Em quase seis meses, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão estima ter poupado 63 mil metros cúbicos de água, o que equivale a 63 milhões de litros, depois de ter desativado todos os sistemas de rega automáticos do concelho”, lê-se na nota de imprensa.

Segundo a autarquia, a medida entrou em vigor em “fevereiro para minimizar os efeitos da situação de seca meteorológica e abrangeu perto de 100 sistemas de rega abastecidos com água da rede pública instalados em vários parques, jardins, praças, rotundas e edifícios da cidade e das freguesias”.

A “rega está agora a ser efetuada de forma manual e mais controlada”, acrescenta.

“A poupança estimada pela autarquia equivale a um volume capaz de abastecer mais de 100 mil habitações familiares num dia normal de consumo”, assinala a publicação.

Ao mesmo tempo, prossegue o comunicado, a autarquia liderada por Mário Passos “reativou algumas captações de águas subterrâneas, nomeadamente poços, existentes nos espaços verdes do concelho”, sublinhando que as “águas subterrâneas eram já utilizadas na gestão do Parque da Devesa e do Parque de Sinções e a solução foi agora implementada nos jardins da Praça D. Maria II e chegará, em breve, ao Parque 1.º de Maio”.

A nota de imprensa menciona também “soluções mais sustentáveis” aplicadas e que “permitem uma utilização mais regrada da água”, como a “aposta em plantas autóctones, prados de sequeiro e prados floridos que não apresentam tantas necessidades hídricas”.

Mário Passos, o presidente da autarquia, alertou ser “urgente mudar a forma” como se utiliza a água e apelou aos famalicenses para que “continuem a fazer um esforço para reduzir o consumo diário deste recurso”.

No mesmo sentido, a autarquia avançou com uma campanha de sensibilização e de incentivo à poupança e valorização da água nas várias plataformas do município, na comunicação social local e regional e em espaços ‘outdoors’ de Famalicão, acrescenta a publicação.

“O combate a perdas na rede de abastecimento é também uma das preocupações do município que, muito recentemente, concluiu a colocação de equipamentos de medição e controle do caudal e da pressão da água pública em vários locais do concelho. Com esta medida a autarquia pretende reduzir, significativamente, as perdas de água no sistema de abastecimento, contribuindo para uma maior eficiência ambiental e económica do município”, destaca o comunicado.

AÇORIANOS “DESEJAM ESTABILIDADE” POLÍTICA NO ARQUIPÉLAGO

José Manuel Bolieiro considera que o povo açoriano “deseja estabilidade” política na Região e que o “diálogo democrático” iniciado após as eleições regionais de 2020 é “para durar”.

“É já uma certeza democrática a de que o Povo deseja estabilidade, mesmo quando favorece a pluralidade representativa democrática. Sem maioria absoluta, o desafio foi então, e é atualmente, e com tendência para durar, o do diálogo democrático, concertação, e coerência de princípios e valores sólidos da social-democracia, do humanismo e do reformismo, sob a liderança do PSD”, afirmou José Manuel Bolieiro, na sessão de abertura do 25.º Congresso do PSD/Açores, domingo.

Segundo o líder dos social-democratas açorianos, “a coligação do Governo, apesar de sólida, não podia dispensar, nem dispensou o valor da estabilidade, com os acordos de incidência parlamentar, que influenciaram positivamente a própria configuração e conteúdos do programa de Governo e respetivas orientações de médio prazo, que estabilizam assim o mandato até 2024”.

“Assumimos e cumprimos. Convictos do mandato democrático recebido, tanto pelo povo, como pelo nosso partido, empenhados no diálogo e concertação política, e firmes nos valores, a assunção da governação dos Açores teve e tem em horizonte uma visão estratégica e reformista, para a próxima década nos Açores”, frisou.

José Manuel Bolieiro sublinhou a execução que o Governo Regional da Coligação PSD/CDS-PP/PPM está a fazer dos “compromissos firmados” com os açorianos no início da legislatura.

“Somos gente de palavra. Em cada dia de governação dos Açores tudo fazemos para honrar os nossos compromissos perante os açorianos. Estamos a governar a Região. Estamos a fazer escolhas. Estamos a decidir que caminhos a seguir. Temos uma governação proactiva. Antecipamos a resolução dos problemas. Não corremos atrás deles”, lembrou.

O Presidente do PSD/Açores lembrou diversas das medidas já cumpridas pelo atual Executivo, em áreas como os transportes, a saúde ou a redução dos impostos.

“Comprometemo-nos a baixar os impostos: IVA, IRS e IRC. Desde janeiro de 2021 as empresas açorianas pas-

saram a pagar menos IRC. E as famílias açorianas pagam menos IVA, desde 1 de julho de 2021. E a 1 de janeiro de 2022 os açorianos passaram a pagar menos IRS”, recordou.

O líder dos social-democratas açorianos destacou igualmente a redução substancial do preço das passagens aéreas inter-ilhas, promovendo a mobilidade dos açorianos e contribuindo para o fortalecimento do mercado interno.

“Comprometemo-nos a reduzir substancialmente o preço das passagens aéreas para residentes. Implementamos a ‘Tarifa Açores’. Com um preço máximo de até 60 euros, para uma viagem de ida e volta entre todas as ilhas da Região. Dito e feito”, afirmou.

José Manuel Bolieiro salientou igualmente que o atual Governo dos Açores está a efetuar o maior investimento de sempre no Serviço Regional de Saúde, de forma que este “respondesse melhor às necessidades dos açorianos”.

“Estamos a realizar investimentos na Saúde como nunca havia sido feito. E, por isso, há mais cirurgias. Há mais consultas. E há mais exames de diagnóstico do que havia antes da pandemia”, lembrou.

O Presidente do PSD/Açores referiu ainda que o 25.º Congresso do PSD/Açores tem como grandes objetivos “falar da nossa terra, dos nossos projetos, dos nossos sonhos, das nossas ideias”.

“Não nos move falar dos outros, queremos falar dos Açores, do nosso povo, das ambições e das conquistas já alcançadas e daquelas que queremos alcançar. Quem perde tempo a falar dos outros, não tem tempo de cuidar do que é verdadeiramente importante”, disse.

Para o líder social-democrata regional, “o que mais importa é o nosso presente e futuro coletivos”.

Contando com a participação de 240 congressistas que elegeram os novos órgãos regionais do partido, a reunião magna dos social-democratas açorianos decorreu nos dias 15, 16 e 17 de julho, em Ponta Delgada.

José Manuel Bolieiro foi, no início de junho, eleito para um segundo mandato à frente do partido, alcançando 99% dos votos nas eleições diretas em que participaram 1.778 militantes. Após a vitória, o renovado líder do PSD/Açores destacou a importância de, “com humildade democrática, continuar a assegurar estabilidade política e governativa através da solução parlamentar plural” existente.



ESTRATÉGIA PARA A DÉCADA DO PSD/AÇORES

O líder do PSD/Açores defende, na moção que apresentou no Congresso Regional, estratégias para a década no combate ao “vergonhoso nível de pobreza”, para a educação, saúde e para consolidar “a aposta na qualidade do turismo”.

“É nossa ambição combater, no espaço de uma década, o vergonhoso nível de pobreza em que vive um terço dos nossos concidadãos, para níveis próximos da média nacional (17,2%)”, diz José Manuel Bolieiro na moção global de estratégia “Juntos Somos mais Fortes”, que levou ao 25.º Congresso, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel.

No primeiro congresso da estrutura regional desde que alcançou a presidência do Governo Regional, José Manuel Bolieiro destacou que o atual executivo está empenhado em construir projetos para os próximos dez anos, “inadiáveis” se a região quiser vencer o atraso registado.

Os dez anos que se avizinham, diz, oferecem também “a oportunidade inadiável de consolidar” a “base estratégica” dos Açores, “com uma aposta clara na qualidade do turismo açoriano”.

“Assegurar a sustentabilidade do setor do turismo é a nossa missão”, defende.

Na educação, Bolieiro lembra a intenção de “colocar os Açores na senda da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável da ONU”.

Quanto à Saúde, destaca o empenho “numa estratégia de década para a eficiência e eficácia do Serviço Regional”, apostando na “institucionalização da telemedicina”.

“Queremos, de forma coordenada, proporcionar, sempre que possível, a teleconsulta e assim evitar a deslocação de doentes”, refere.

O “problema demográfico sério” da região será vencido “promovendo o aumento da natalidade, mas, sobretudo, oferecendo condições de fixação pelas vantagens que, no quadro dos valores contemporâneos, são mais procurados”.

“Um sistema educativo e de saúde de qualidade superior, uma sociedade justa e com espaço para a participação ativa, bons suportes sociais à infância e à velhice são eficazes facilitadores da fixação da população, como o equilíbrio do ambiente natural, o padrão de segurança que temos, o nível de mobilidade de que já dispomos e o desenvolvimento económico que estamos a conquistar”, sustentou.

Na moção, Bolieiro manifesta um “compromisso de união, de verdade e de sucesso”.

“Verdade nos planos e orçamentos, nas políticas que traçarmos e nos apoios que concedermos. Verdade e transparência. A crítica será sempre encarada como uma ajuda para fazermos o melhor que soubermos e pudermos”, observou.

No “novo ciclo da Autonomia dos Açores” que este Governo está “a inaugurar”, há “espaço para a crítica e para a manifestação livre das opiniões individuais”, sublinha.

“A sociedade está mais solta. Mais criativa”, descreve no documento de 25 páginas.

Este “é o momento de envolver todos os agentes empresariais, académicos e governamentais” para criar “um ecossistema regional de inovação dinâmico e resiliente” que “potencie e alavanque os impactos dos instrumentos comunitários disponíveis nos próximos anos”, acrescenta.

Também é “necessário iniciar hábitos permanentes de transparência, rigor e responsabilidade”.

“Só uma administração pública cada vez mais profissional e afastada dos interesses partidários garantirá um quadro estável de progresso e de combate ao clientelismo e patronato”, alertou.

Outra “exigência transversal” do futuro “está no rigor financeiro das contas públicas”.

“Não vamos aumentar o endividamento dos Açores! Pelo contrário, a opção é encetar uma caminhada de redução da dívida pública regional”, indicou.

Melhorar “o sistema de transporte e as suas estruturas” é outro “desígnio”.

“A nossa aposta de governação dos Açores tem uma matriz identitária com opções reformistas e disruptivas. Desde logo, a aposta na criação efetiva de um modelo de intermodalidade regional e territorial entre os transportes aéreo e marítimo, consubstanciada na inovação, no modelo de obrigações de serviço público de transporte aéreo e marítimo de pessoas e mercadorias”, refere.

PSD/Açores quer eleição de deputado europeu

O líder do PSD/Açores quer promover a “consagração” de um círculo eleitoral da região para o Parlamento Europeu, a par de várias outras medidas para aprofundar a Autonomia, defende na moção que submetida ao Congresso Regional.

“Atendendo à crescente importância que o Parlamento Europeu vem assumindo na estrutura orgânica da União Europeia, é nosso propósito promover a consagração dos Açores como círculo eleitoral, elegendo o seu deputado ao Parlamento Europeu. Enquanto tal não acontecer, tudo faremos para que os Açores estejam presentes neste cada vez mais importante órgão de poder da União Europeia”, sustenta José Manuel Bolieiro.

Na moção global de estratégia, destaca-se, no âmbito do “processo de reforma da Autonomia”, a “revisão das leis eleitorais, contemplando a redução do número de deputados à Assembleia Legislativa” e “estudando a limitação dos seus mandatos”.

O líder do PSD/Açores considera que o “respeito” pelas autonomias “requer a clarificação das competências regionais que têm suscitado dúvidas constitucionais, no sentido de a Constituição definir apenas o que é competência exclusiva da soberania, fazendo, assim, com que a autonomia seja competente em tudo o mais”.

“Vamos trabalhar no sentido de se criarem as condições para se avançarem com aperfeiçoamentos à Lei das Finanças das Regiões Autónomas, especialmente na regulamentação dos projetos de interesse comum”, defende.

Bolieiro destaca que os deputados estão comprometidos “em fazer avançar o processo de reforma da autonomia, começado na anterior legislatura, procurando que a autonomia se desenvolva e aprofunde”.

Defendem-se, entre outros aspetos, uma “revisão constitucional, contemplando a clarificação e ampliação das competências legislativas regionais, e uma adequada repartição de competências entre o Estado e as Regiões Autónomas quanto ao domínio público marinho”.

Por outro lado, pretende-se “a designação de um juiz para o Tribunal Constitucional por cada Região Autónoma e o fim da proibição de existência de partidos regionais”.

A “alteração da lei que estabelece o regime do estado de sítio e do estado de emergência, atribuindo à região competência para a sua execução no território regional”, é outra das ambições.

A esta, soma-se “a aprovação de uma lei, no quadro da emergência sanitária, que clarifique as competências de saúde regionais na prevenção e resposta à situação de pandemia”.

“Estamos a construir o futuro. Estamos a construir uma sociedade cada vez mais plural e participada. Estamos a recuperar a confiança dos açorianos na política”, assegura.



JOSÉ MANUEL BOLIEIRO DEFENDE CONSERVAÇÃO MARINHA NOS AÇORES

O Presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, insiste numa “política estratégica” para a conservação da biodiversidade marinha, admitindo compensações às “eventuais perdas de rendimento” dos pescadores a “curto prazo”.

“Teremos uma política estratégica de preservação e conservação [ambiental] e de compensação às eventuais perdas de rendimento a curto prazo, porque a nossa expectativa é que esse percurso é um percurso de valorização da nossa biodiversidade”, declarou.

O líder do executivo açoriano (PSD/CDS-PP/PPM) falava aos jornalistas após uma visita à lota de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, dia 11 de julho.

Bolieiro disse querer promover um “desenvolvimento sustentável” da economia azul, assente “não na quantidade”, mas na “qualidade e na excelência” e no “aumento do valor acrescentado”.

O líder do Governo Regional advogou que a aposta na “excelência” vai permitir a toda a fileira obter um “rendimento justo” das pescas e alcançar o “objetivo de preservação e conservação” da biodiversidade.

“Temos a certeza de que esse é o rumo e dele não tiraremos qualquer recuo. Antes um avanço concertado com o processo de participação com os ‘stakeholders’, diálogo e ajustadas compensações para mitigar o tempo de transição que isso implica”, afirmou.

O social-democrata enalteceu os sistemas informáticos utilizados pela empresa pública Lotaçor, que considerou um “exemplo internacional” na utilização da tecnologia para a gestão das lotas.

Bolieiro disse ser um “desafio” aproveitar os fundos do programa operacional Mar 2030 para manter a “modernização e reforçar as capacidades humanas e tecnológicas” da empresa responsável pelas lotas do arquipélago.

A presidente da Lotaçor, Catarina de Lacerda Martins, realçou que o “sistema eletrónico de venda de pescado” utilizado na região é de “grande desenvolvimento”, dando o exemplo da possibilidade de qualquer comprador adquirir pescado de Ponta Delgada remotamente, através do leilão “online”.

Atualmente, o leilão ‘online’ está apenas disponível na lota de Ponta Delgada e representa 2% das vendas daquela lota, que transaciona cerca de 1200 caixas de pescado por dia.



Governo dos Açores anuncia requalificação da mata-jardim da Lagoa do Congro

O Governo dos Açores anunciou a requalificação da mata-jardim da Lagoa do Congro, num investimento inicial de 140 mil euros e que prevê a construção de um parque de estacionamento e o “controlo de espécies invasoras”.

Em comunicado, a Secretaria do Ambiente e Alterações Climáticas refere que a requalificação daquela mata-jardim, na ilha de São Miguel, pretende “valorizar o potencial lúdico e ecológico” do espaço.

“Esta requalificação assenta em três componentes distintas, sendo que a primeira intervenção incidirá sobre a vegetação da mata ajardinada, com o controlo de espécies invasoras e a plantação de espécies endémicas e nativas, e com ações de proteção de exemplares de espécies ornamentais, outrora introduzidas por José do Canto”, afirma o secretário regional, Alonso Miguel, citado na nota de imprensa.

O Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM) adianta que vão ainda ser removidos os “exemplares arbóreos que se encontram em mau estado fitossanitário” e que, durante a intervenção, vão ser “apenas utilizados métodos manuais”.

“Os trabalhos serão acompanhados por técnicos especializados, estando prevista a plantação progressiva de espécies endémicas, de forma a recuperar esta magnífica paisagem açoriana, cheia de simbolismo para os micalenses”, indica o executivo açoriano.

A segunda intervenção prevê a “criação de um parque de estacionamento gratuito” com capacidade para 32 viaturas e seis bicicletas e que, segundo o Governo Regional, terá o “mínimo de impacto possível na paisagem”.

Na nota, o executivo açoriano realça que as “duas intervenções representam um investimento de cerca de 140 mil euros” e “deverão ficar concluídas até ao final do presente ano”.

Em “fase de conclusão de projeto” estará “uma terceira intervenção para beneficiação do percurso pedonal, através da instalação de uma rede de drenagem de águas pluviais”, da “melhoria das áreas de usufruto” e da “instalação de sinalética de apoio à visita”, lê-se ainda no comunicado.

Em 2021, o parlamento dos Açores discutiu uma petição, criada em 2019, que reivindicava a requalificação daquela mata-jardim.

A mata-jardim da Lagoa do Congro foi construída no século XIX por José do Canto, empresário e botânico micalense que introduziu mais de seis mil espécies de plantas e árvores no arquipélago.



PAULO MONIZ APONTA “INCOMPETÊNCIA E LAXISMO” NO PROCESSO DA NOVA CADEIA DE PONTA DELGADA

O deputado do PSD/Açores na Assembleia da República Paulo Moniz acusa o Governo da República de “incompetência e laxismo” no processo da construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

Paulo Moniz falava à comunicação social no final de uma reunião com o diretor da Cadeia de Ponta Delgada, seguida de uma visita às instalações, manifestando-se “chocado com as condições em que os reclusos se encontram. É um tratamento desumano. É um tratamento sem preservar a dignidade humana de quem foi privado da sua liberdade”, disse.

O deputado social-democrata afirmou “não compreender a incompetência de um Governo e de um Ministério que, conhecendo estas condições e esta urgência, lançou um concurso apenas para o projeto da nova cadeia, não o da construção da nova cadeia, que o Tribunal Administrativo disse estar ferido de ilegalidades e tinha de voltar tudo à estaca zero”.

Para Paulo Moniz, “se já era urgente a construção da cadeia, ela é hoje em dia urgentíssima”, reforçou aos jornalistas.

Questionado sobre o que tem falhado no processo da construção do novo estabelecimento prisional, que se arrasta há vários anos, Paulo Moniz aponta o dedo ao Governo da República pela forma como tem gerido a situação: “não sabe que tem estas pessoas à sua guarda e é laxista, pois não consegue resolver um problema de primeira urgência e que é resolúvel”.

Segundo o deputado do PSD eleito pelos Açores à Assembleia da República, a resposta está na “competência política e governativa”, passando pelo lançamento de “um caderno de encargos que não seja anulado, fazer um concurso que chegue ao fim e iniciar a construção”, adiantou.

Aliás, aquando da primeira fase da remoção da bagacina onde o novo estabelecimento prisional será construído, já Paulo Moniz havia alertado para “a necessidade de se avançar com um concurso público para a sua edificação com êxito”, lembrou.

O deputado social-democrata transmitiu a sua preocupação quanto à tentativa recente de fuga de um recluso da cadeia, por meio da escavação do “edifício velho”, constituindo uma “quebra grave na segurança, quer para os funcionários quer para a própria população”. Isto devido “ao perigo latente da inadequação desta cadeia para aquilo que é a calma e ordem pública onde se insere”, salvaguardou.

Paulo Moniz mostrou-se disponível para exercer pressão junto de todas as instituições soberanas da República, desde o Presidente da República, passando pela Assembleia da República e pelo Governo da República.

Saliente-se que, neste momento, o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada tem uma sobrelotação de cerca de 20%. A ala feminina encontra-se encerrada desde 2019 por falta de condições para acolher mulheres, que são encaminhadas para Angra do Heroísmo.

GOVERNO DOS AÇORES TERMINA NEGOCIAÇÕES SOBRE A AUTONOMIA ESCOLAR



O Governo dos Açores divulgou uma “aproximação” aos sindicatos em relação à revisão do diploma que rege a autonomia e gestão das escolas e a revisão do estatuto do pessoal da ação educativa.

Numa nota publicada no portal do Governo Regional, o executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM adianta que as negociações envolveram cinco associações sindicais representativas do pessoal docente e do não docente na região e que foi possível uma “aproximação” entre todos.

“Creio que estão criadas condições para que, se a Assembleia Legislativa Regional assim o queira, possamos ter uma maior estabilidade no sistema educativo”, refere a secretária regional da Educação e dos Assuntos Culturais, Sofia Ribeiro, citada na nota.

A governante adianta também que foram estabelecidas condições para garantir “uma outra forma de trabalhar” nas escolas, que seja “menos burocrática” e “mais democrática”, e que permita ainda a participação de outros

agentes e trabalhadores nos vários órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino.

A proposta do Governo açoriano prevê tempos específicos de trabalho para o desempenho de funções em vários cargos nas escolas, permitindo que, em alternativa às remunerações e gratificações previstas para os docentes que desempenham cargos diretivos, haja também uma componente do tempo de trabalho adstrita ao desempenho dessas funções.

“Até aqui, um professor que fosse coordenador de departamento, por exemplo, tinha o seu horário letivo igual e recebia uma gratificação que rondava os 100 euros, sendo que, feitas todas as reduções, trazia menos dinheiro para casa”, explica a secretária da Educação, adiantando que agora o diploma contempla, em alternativa, uma redução do horário para quem desempenhe esse cargo.

Quanto ao estatuto do pessoal da ação educativa, negociado com os três sindicatos do pessoal não docente, a

proposta do executivo, liderado pelo social-democrata José Manuel Bolieiro, introduz novos critérios para definir a dotação mínima de assistentes operacionais por cada unidade orgânica.

Segundo Sofia Ribeiro, esses critérios passam a ter em conta fatores como a tipologia dos estabelecimentos de ensino, o horário de funcionamento da escola, o meio onde ela se insere, a sua distribuição geográfica e dimensão, a oferta formativa e o número de alunos matriculados na educação especial.

A fórmula de cálculo dos critérios e a sua regulamentação será definida em decreto regulamentar regional, que já foi, entretanto, aprovado em Conselho de Governo e enviado ao Representante da República para apreciação e aprovação.

A negociação do diploma da gestão das escolas iniciou-se em março, enquanto a negociação do estatuto do pessoal não docente começou em maio. As duas propostas serão agora submetidas à Assembleia Legislativa Regional dos Açores para serem debatidas e votadas.

EMPRESAS DOS AÇORES VÃO RECEBER APOIOS PARA CONSOLIDAR EMPREGO ESTÁVEL

O Governo dos Açores vai apoiar financeiramente as empresas que convertam em contratos sem termo os contratos de trabalho a termo certo celebrados ao abrigo do programa CONTRATAR+.

Este novo programa da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, cujo regulamento foi publicado dia 14 de julho, no Jornal Oficial da Região, chama-se CONVERTER e pretende “incentivar a criação de postos de trabalho permanentes”.

A “medida de apoio ao emprego estável” fixa um apoio financeiro às empresas “que pode variar entre sete ou cinco remunerações ilíquidas por cada posto de trabalho, durante três anos, o período de execução da medida”.

O montante do apoio a atribuir por cada contrato de trabalho a termo transformado em contrato de trabalho sem termo “é definido em função da opção pela realização de formação certificada, com duração mínima de 50 horas, por ano civil, por trabalhador”, esclarece o Governo numa nota de imprensa divulgada no portal oficial.

Maria João Carreiro, secretária regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, afirma que o CONVERTER “é, simultaneamente, uma importante medida de apoio à criação de emprego, à estabilização dos contratos de trabalho e dos quadros das empresas”.

A governante sublinha que a medida “reflete o esforço e o investimento do Governo Regional na definição e execução de formas de apoio à criação de emprego e não apenas a frequência de medidas de emprego, com vista à promoção de mais emprego, mais estabilidade laboral e melhor remuneração”.

O programa CONTRATAR já “beneficiou mais de 2.707 desempregados na região, sendo que 78% (2.123) destes celebraram contratos de trabalho sem termo, através do CONTRATAR Estável”. Por outro lado, 22% (584) celebraram contratos a termo, através do CONTRATAR+, podendo agora beneficiar do CONVERTER para estabilizar a sua situação laboral. A candidatura à medida CONVERTER é apresentada no portal emprego.azores.gov.pt ou em empregojovem.azores.gov.pt.

MADEIRA APROVA DIPLOMA PARA INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM INCAPACIDADES NO MERCADO DE TRABALHO

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira aprovou, dia 14 de julho, por unanimidade, o regime jurídico de integração no mercado de trabalho das pessoas com deficiência elaborado pelo Governo Regional (PSD/CDS-PP), mas a oposição considerou que o diploma “chega tarde” e “não é inovador”.

O documento foi aprovado com os votos favoráveis dos cinco partidos representados na Assembleia Legislativa da Madeira: PSD e CDS-PP (partidos que suportam o Governo Regional em coligação), PS, JPP e PCP.

A proposta de decreto legislativo que define o regime jurídico de apoio técnico e financeiro à integração e manutenção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e incapacidade na Madeira foi apresentada no parlamento regional pela secretária da Inclusão Social e Cidadania, Rita Andrade.

“O Governo Regional apresenta esta iniciativa legislativa, tendo como referência os princípios instituídos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e as orientações emanadas pelos documentos estratégicos europeus, com o objetivo de criar as condições promotoras da empregabilidade desta população”, afirmou.

A governante disse que o novo regime jurídico teve como base, entre outros pressupostos, o facto de o mercado regional ser constituído maioritariamente por micro e pequenas empresas e a empregabilidade de



Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

peças com deficiência e incapacidade poder acarretar custos acrescidos para as entidades empregadoras, sobretudo na adaptação do posto de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas.

“Por outro lado, a integração no mercado de trabalho é um fator decisivo para a inclusão social, independência económica e consequente valorização e realização pessoal das pessoas com deficiência, pelo que o papel de qualquer entidade empregadora se torna central, não só na criação de oportunidades, como na verdadeira inclusão social e profissional”, declarou.

Rita Andrade sublinhou que o diploma garante uma “visão holística” da integração e manutenção no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e incapacidade, apoiando-as técnica e financeiramente, bem como às entidades empregadoras.

A secretária regional referiu, por outro lado, que o arquipélago da Madeira dispõe de 11 Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), um em cada concelho, que prestam assistência a 441 pessoas adultas com deficiência.

Na reunião plenária foi também debatida e aprovada a proposta de decreto legislativo regional que estabelece as condições necessárias à concretização dos investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a Rede de Cuidados Continuados Integrados da região autónoma. O diploma foi apresentado pelo secretário da Saúde e Proteção Civil, Pedro Ramos, e contou com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PS e a abstenção do JPP e do PCP.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

ALCOCHETE

Nos termos dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 10 de Agosto (quarta-feira) de 2022, pelas 20H30, na Sede Concelhia de Alcochete, sita na Rua do Paço, nº 8 – Alcochete com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto Único: Informações.

ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Alijó, para reunir, no próximo dia 10 de Setembro (sábado) de 2022, pelas 16H00, na Sede do PSD de Alijó, sita na Rua Cimo de Vila, Lote 5, Esq, na Vila de Alijó, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção de Alijó;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Alijó.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 16H00 e as 19H00. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A Sede da Secção do PSD de Alijó estará aberta para o efeito, das 22H00 às 24H00.

MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Mangualde do PSD, para reunir no próximo dia 30 de Julho (sábado) de 2022, pelas 21H00, na Estalagem Cruz da Mata, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Marcação da Eleição da Mesa da Assembleia;
2. Análise política local e nacional;
3. Outros assuntos.

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Monção do Partido Social Democrata, para reunir no próximo dia 28 de julho (quinta-feira) pelas 21H00, na Sede da Secção sita na Rua Direita nº 117, em Monção, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos

Nota: Se na hora designada não houver quórum dos membros, fica a mesma convocada para as 21H30.

MONTIJO

Pedro Nuno da Silva Vieira, militante nº.195632, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia da Secção de Montijo do Partido Social Democrata, e de acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, vem pela presente convocar para o dia 1 de Outubro (sábado) de 2022 na Sede do PSD do Montijo sita na Praça da República nº.23, a realização dos atos eleitorais para os Órgãos da Secção, com a seguinte.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção de Montijo
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção de Montijo.

Notas: O horário de abertura será das 14H00 e o fecho às 20:00

A entrega das listas será feita ao Presidente da Mesa da Secção até às 24H00 do terceiro dia anterior à data do ato eleitoral, na sede, (contacto tel. 962411026).

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Sesimbra do PSD, para a Assembleia de Secção a realizar no próximo dia 17 de Setembro (sábado) de 2022, entre as 14H00 e as 20H00, na Sede da Secção de Sesimbra, sita na Rua da República, nº 20-1ºEsq., Sesimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos órgãos da Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas aos órgãos sujeitos a sufrágio, com termos de aceitação de candidaturas e termos de subscrição em número de 5% dos militantes com capacidade eleitoral deverão ser entregues na Sede da Secção do PSD de Sesimbra, sita na Rua da República, 20-1ºEsq., Sesimbra, ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 14 (quarta-feira), 3º dia anterior ao ato eleitoral.

Para efeitos de votação no dia 17 de Setembro de 2022, as urnas estarão abertas das 14H00 às 20H00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00
email: jsdnacional@gmail.com



ÍLHAVO

Ao abrigo dos termos do Artigo 71, nº2 dos Estatutos da Juventude Social Democrata, são convocados todos os militantes da JSD Ílhavo para o Plenário Concelhio, no dia 29 de julho de 2022, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Av. 25 de Abril, Edifício Illiabum, 1º Dto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação político-partidária;
- 2 – Planeamento trimestral das assembleias de militantes;
- 3 – Determinação do calendário das atividades a realizar;
- 4 – Proposta e coordenação de responsabilidades para as respetivas atividades;
- 5 – Outros assuntos.

PONTE DA BARCA

Convocam-se ao abrigo dos estatutos da JSD, todos os militantes da secção da JSD Ponte da Barca, dotados com capacidade eleitoral ativa, para reunir em assembleia no dia 26 de Agosto de 2022, pelas 18:00h, na Sede do Partido Social Democrata de Ponte da Barca, sita na Praça Dr. António Lacerda, Ponte da Barca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção da JSD Ponte da Barca;
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção da JSD Ponte da Barca.

Nota:

O ato eleitoral decorrerá entre as 18h00 e as 21h00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na sede Concelhia da JSD.